20ª REUNIÃO DO CONSELHO CONSULTIVO

DO PATRIMÔNIO CULTURAL

Às quatorze horas do dia dois de dezembro de mil novecentos e noventa e nove, no Gabinete do Presidente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, no Edifício Central Brasília, DF, reuniu-se o Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural sob a presidência de Carlos Henrique Heck, Presidente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Presentes o Ministro de Estado da Cultura, Francisco Weffort; a Secretária-Executiva do Ministério da Cultura, Maria Emília R. Mello de Azevedo; o Secretário do Patrimônio, Museus e Artes Plásticas, Octávio Elísio Alves de Brito; os Conselheiros Angela Gutierrez, Angelo Oswaldo de Araújo Santos, Arno Wehling, Augusto Carlos da Silva Telles, Italo Campofiorito, Maria da Conceição de Moraes Coutinho Beltrão, Nestor Goulart Reis Filho, Raul Jean Louis Henry Júnior, Roberto Cavalcanti de Albuquerque e Thomaz Jorge Farkas – representantes da sociedade civil -, Carlos Alberto Cerqueira Lemos – representante do Instituto de Arquitetos do Brasil – e José Silva Quintas – representante do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. Ausentes, por motivo justificado, os Conselheiros Gilberto João Carlos Ferrez, Joaquim de Arruda Falcão Neto, José Ephim Mindlin, Marcos Vinicios Vilaça, Maria do Carmo de Mello Franco Nabuco, Max Justo Guedes, Modesto Souza Barros Carvalhosa, Paulo Roberto Chaves Fernandes – representantes da sociedade civil -, Luiz Fernando Dias Duarte – representante do Museu Nacional – e Suzanna do Amaral Cruz Sampaio – representante do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios. O Presidente cumprimentou os presentes e passou a palavra ao Ministro de Estado da Cultura para o seguinte pronunciamento: " Presidente Carlos Heck, Secretária Maria Emília, Secretário Otávio Elísio, Senhora Conselheira, Senhores Conselheiros, Diretores de Museus e Superintendentes do IPHAN aqui presentes. Meus amigos. Nós estamos terminando o ano e eu creio que foi muito oportuna a decisão do Presidente Carlos Heck fazendo essa reunião do Conselho em Brasília. Acho que é interessante no sentido de que, pelo menos ao fim

do ano, se esclareçam, se fortaleçam os vínculos do Conselho do Patrimônio com as demais instituições do Ministério da Cultura, que finalmente estão sediadas em Brasília. Isso é uma circunstância interessante, curiosa, porque, em parte, são decisões da nossa cultura e características da nossa formação nacional. Brasília foi criada, é uma obra muito bonita, que tem várias coisas lindíssimas e, contudo, as pessoas reclamam que é muito longe. Às vezes tenho impressão de que o sonho do brasileiro é ter um país grande, porém que, na cabeça dele, pudesse ser resumido em um país pequenininho. Eu não sei se sou claro, mas é que nós temos um país imenso, extraordinário, absolutamente fantástico, com diversidade cultural e regional absolutamente extraordinárias, mas nós todos somos vinculados a um rincão, o que aliás acho muito bom. Então isso significa que, às vezes, assumirmos a grandeza que nos é própria custa, é um esforço, é uma coisa difícil. E acho que nós temos que fazer esse esforço. Construir Brasília foi um enorme esforço. Quaisquer que sejam os comentários, favoráveis ou críticos em relação a Brasília, um pelo menos acho que tem que ser favorável. É o reconhecimento da capacidade brasileira de criar uma grande cidade no Planalto Central, numa época em que se acreditava que isso era extremamente difícil, quase impossível. É uma prova de força, de capacidade nacional de criar, de fazer o país crescer, de sinalizar para onde deve ser o crescimento. Todos devemos agradecer que, em algum momento, algumas pessoas representando o país tenham tido essa capacidade. Mas, isso significa também encargos. Eu vejo nos encargos de viagem que tenho, e não sou o único, todos nós temos. Trabalhando com sede em Brasília, evidentemente, uma boa parte das nossas atividades na Cultura estão fora da cidade. Algumas estão aqui, a maior parte está fora. Você tem que se deslocar, não há jeito. Não tem saída. E tem que ser assim mesmo. Eu acho que é assim mesmo, mas cada vez mais vamos ter que assumir com naturalidade que este é o centro do Brasil, não apenas geográfico, mas também é o centro administrativo e político do Brasil. E nós temos os nossos compromissos com a sustentação de alma, não se trata de sustentação administrativa, política ou financeira, que esta cidade se sustenta muitíssimo bem, sustentação de alma, de espírito, de capacidade de vinculação cultural com o resto do país. Portanto, eu saúdo a decisão de fazermos esta reunião do Conselho aqui e acho que foi uma decisão acertada da direção do IPHAN, até pelo peso que tem o Conselho, precisamente para indicar como nós brasileiros vemos a nossa própria formação cultural, como nós brasileiros vemos a nossa formação nacional. Eu acho que a grande obra do Conselho é de nos ajudar a perceber o processo de formação no qual nos encontramos. Acho que o grande trabalho do Conselho, em essência, é esse. De distinguirmos as nossas raízes, sermos capazes de perceber os contornos da nossa identidade e, quaisquer que sejam as eventuais discrepâncias de opinião que possam surgir, num item ou noutro, o fato de que esta obra é uma obra relevante. A meu ver,

é a que explica a continuidade dessa instituição. Ela é alimentada por uma função nacional, extremamente importante, que é de se esforçar no sentido de irmos distinguindo os contornos da nossa identidade como nação, da nossa identidade cultural como povo. O que digo do Conselho, estendo o argumento em relação Patrimônio Histórico, às diferentes funções do Patrimônio Histórico. Por mais que nós tenhamos tido dificuldade, e temos tido dificuldades, para obter o reconhecimento das atividades do IPHAN como funções de Estado, que gostaria que já tivesse chegado, mas sempre se atrasa muito mais do que se pretende. Eu tenho claro, desde há muito tempo, que as funções do Instituto do Patrimônio Histórico, pelas mesmas razões que dissemos, são funções de Estado. Isso não depende só de Governo. E eu penso que todos entendem claramente a diferença entre Estado e Governo. Os governos são formações transitórias que se consolidam, que se destinam a realizar determinadas atividades. Mas os governos, enquanto tais, são formações que se inscrevem numa linha de atividade de Estado. A estrutura do Estado tem que ser ressaltada quando se fala de um Instituto como este, que tem como meta fundamental, precisamente, esses objetivos que eu antes mencionava quando falava do Conselho. Portanto, o que eu digo do Conselho vale para as superintendências, vale também para os nossos museus, embora eu entenda que aí haverá que estabelecer uma distinção entre o que é preservação e o que é capacidade de difusão da nossa cultura, que é basicamente a obra dos museus. Nesta função importantíssima estão os museus, assim como várias outras instituições do Ministério da Cultura. Eu acredito que o reconhecimento das funções de Estado do IPHAN virá , por mais que demore, e há de estender-se a outras funções da Cultura. De outro modo, é difícil imaginar um desenvolvimento, uma política de cultura, como política verdadeiramente de Estado no país. Essa é uma batalha difícil, lenta, que requer paciência e clareza, na qual nós estamos e na qual nós vamos todos continuar. Então, eu queria cumprimentar o Presidente Carlos Heck, cumprimentar os membros do Conselho e os superintendentes aqui presentes, os diretores e diretoras de museu, pela oportunidade desta reunião. Não tenho a possibilidade de ficar aqui para participar da reunião substantiva do Conselho por causa de outros encargos mas, antes de sair, pelo menos duas observações: em uma das minhas participações na abertura de reunião do Conselho para debate sobre temas nacionais amplos, prometi que traria aqui o texto revisto da exposição que fiz, dos comentários que foram feitos por varias pessoas presentes. Eu me atrasei mas, finalmente, não falhei, porque terminei o texto. Não é que terminei o texto, texto você nunca termina, texto você termina quando o editor diz: ou entrega agora ou não publica mais. Aliás, é uma coisa terrível, que se agrava com a entrada do computador. Temos a possibilidade de corrigir, corrigir, corrigir e no fim não terminamos nunca de mexer no texto. Mas, em todo caso, sob a premissa da produção da coleção dos

Cadernos do nosso tempo, estou ansiando pelo momento em que possa vir ao Conselho para trazer o primeiro número dessa coleção, que já está toda definida. Só não fizemos agora porque é fim de ano e distribuir publicações em fim de ano é complicado, nós precisamos distribuir publicações no começo do ano. É uma série que vamos começar e para qual eu convido, desde já, quaisquer dos membros do Conselho ou do IPHAN para que participem. É uma série de ensaios. Não é revista, porque uma revista requer periodicidade que não podemos assumir, mas é uma série de ensaios pequenos, do tamanho de uma revista, que gostaríamos de poder iniciar em janeiro. Tenho a vaidade de dizer que gostaria de tornar aquele texto, que nasceu de uma exposição aqui e que se estendeu na forma de um ensaio, o primeiro número. Mas deverão vir outros; está previsto um do Márcio Souza. e outro poderá ser o texto que está sendo elaborado por Glauco Campello. Uma segunda observação que eu queria fazer é de que, na verdade, a minha visita aqui, sendo uma visita extremamente curta, é na verdade uma visita de felicidade, desejo felicidades e, sobretudo, meus cumprimentos pela chegada do Natal. Pouco me importa a religião de cada um, no Brasil nós todos somos mais ou menos católicos. Mesmo para os que não têm religião nenhuma, e isso não tem a menor importância, o importante é que a festa do Natal é uma festa da família, é uma festa na qual as pessoas se vêem e celebram a possibilidade de uma convivência humana, e como tal é uma festa universal. E também, sem nenhuma preocupação com a eventual opção religiosa ou filosófica de cada qual, fizemos uma gravação do canto gregoriano dos monges de Olinda, em Natal, na Fortaleza dos Reis Magos, que é lindíssima. Quando a maré sobe, a Fortaleza fica dentro d'água, é um lugar lindíssimo. E anoto essa coisa curiosa de ter sido a primeira vez, nessa iniciativa do Ministério da Cultura, que os monges de Olinda saíram para cantar em outro lugar. Eu achei comovente, era a primeira vez que eles tinham saído de lá. Depois disso, foram convidados pelo Enrique Iglesias para fazer uma apresentação na Igreja de Santo Eustáquio, em Paris. Um cenário realmente impressionante para uma apresentação de canto gregoriano. E desta segunda apresentação dos monges de Olinda, fez-se uma gravação muito bonita. E eu sempre digo a amigos ou visitantes: quando você estiver sob muita tensão, qualquer que seja a sua opção religiosa, ouça um pouco de canto gregoriano, que ajuda. Então, queria era desejar a todos Feliz Natal e entregar esta lembrança. Isso é uma coisa muito bonita, mas o que eu acho que essencial, qualquer que seja a consideração estética ou filosófica, é a intenção, que é a melhor possível, da melhor convivência que nós possamos ter, como já temos tido, mas que continuemos a ter para os próximos anos. Portanto, Feliz Natal a todos, e muito obrigado." O Presidente tomou a palavra para o seguinte pronunciamento: "Se o Ministro me permite, antes de sua saída, agradecer a sua presença aqui, que muito nos honra, que é um marco das atividades do IPHAN, de um futuro rico a partir do

próximo milênio, que vai começar daqui a umas semanas. Gostaria de destacar um aspecto da sua fala, que é muito importante para nós, foi o momento em que o Senhor colocou a importância do Conselho Consultivo do IPHAN em relação a um trabalho, não só rotineiro, de relatar processos, mas também de ser um grupo de reflexão a respeito da questão da nossa cultura patrimonial, daquela que deve ser protegida. Vou ter uma fala na seqüência, quando pedirei a colaboração dos Conselheiros." Prosseguindo, passou a palavra à Drª Maria Emília Mello de Azevedo, para a seguinte manifestação: "Senhor Ministro, Dr. Carlos Heck, Senhores Conselheiros. Realmente, é uma honra estar aqui presente com os senhores. Eu confesso que não tive, infelizmente, o privilégio de poder acompanhar todas as reuniões desse Conselho. Na verdade, acompanhei uma reunião no Rio de Janeiro e me senti privilegiada. Privilegiada por participar de reuniões onde as questões discutidas, os aspectos levantados e considerados são aspectos ligados ao que de mais precioso temos na nossa vida, no nosso trabalho, nos nossos ideais. É a preocupação com a preservação da nossa história. O Ministro costuma dizer, acho que é uma frase muito significativa: 'nós somos o que fomos, o que somos e o que seremos'. Os senhores são o espelho disso. São a origem disso, são o conteúdo disso, a substância disso e, obviamente, o IPHAN, como um órgão operativo onde essa interação é constante, é um órgão, uma instituição já bastante tradicional, antiga, sólida, estruturada e que, até por isso, está cumprindo o seu trabalho há muito tempo, com muita significância, É um trabalho de formiguinha, em alguns momentos, não é um trabalho de grandes barulhos, às vezes nós não nos damos conta da importância disso como um papel de Estado, da importância disso para a nação, para as pessoas, para nossa possibilidade de futuro. Espero que no próximo milênio eu consiga usufruir mais desse privilégio do contato com os senhores. Desejo a todos realmente um bom fim de ano, um bom Natal, um bom ano. Obrigada." A palavra foi concedida ao Secretário do Patrimônio, Museus e Artes Plásticas, para a seguinte intervenção: "Senhor Ministro e Presidente do IPHAN, Senhoras e Senhores Conselheiros, membros do IPHAN aqui presentes, Diretores do IPHAN, Superintendentes Regionais, Diretores de Museus, eu quero apenas transmitir também a vocês os meus votos de Feliz Natal e dizer que tivemos um primeiro ano onde as mudanças feitas pelo Ministro colocaram dentro da estrutura do Ministério uma Secretaria de Patrimônio, Museus e Artes Plásticas. Eu procurei durante esse ano ter uma atuação absolutamente em sintonia com o IPHAN, assumindo como uma decisão política o fato de que não se justifica a Secretaria como um órgão político no Ministério se a sua existência política não passar pelo permanente reforço do IPHAN como a instituição responsável pelo patrimônio cultural brasileiro e a viabilização dos anseios deste país com o seu patrimônio cultural. Portanto, procurei neste ano atuar desse modo. Tenho a convicção de que

procurei ser, dentro do Ministério, instrumento permanente de apoio ao trabalho do IPHAN e, portanto, pretendo continuar, porque é desse modo inclusive que o Ministro tem orientado o meu trabalho à frente da Secretaria. Eu quero, portanto, neste momento, cumprimentar todos os Senhores e Senhoras membros do Conselho Consultivo do IPHAN, e manifestar a minha convicção pessoal e da Secretaria, de que o trabalho do IPHAN está fortemente ligado ao apoio desse Conselho Consultivo, que tem o tamanho da própria instituição, porque nasceu com ela e se justifica enquanto Conselho pelo trabalho, pela grandeza do esforço de defender nosso patrimônio cultural em 62 anos de existência do IPHAN. Muito obrigado." O Ministro da Cultura tomou a palavra para fazer a comunicação transcrita a seguir: "É o seguinte: eu acho que além da celebração do tombamento do **Terreiro do Axé Opô Afonjá,** que foi um momento de emoção para todos nós, uma coisa realmente importante, tocar-se em raízes da cultura brasileira mais fundas do que se imagina. Eu acho bravo, eu acho bonito, radical, no sentido verdadeiro dessa palavra. Eu queria pedir ao Presidente que dedicasse esta reunião à Cidade de Diamantina, Patrimônio da Humanidade. Porque também foi uma coisa tensa, difícil, a Prefeitura de Diamantina e o povo de Diamantina se empenharam nisso. Conseguiram alguns apoios, entre eles o nosso apoio no Ministério da Cultura e do Instituto do Patrimônio Histórico. Queria dizer que o dossiê apresentado pelo IPHAN é uma coisa absolutamente primorosa, o dossiê realizado pelo IPHAN a respeito de Diamantina é uma coisa de livro de texto, é um exemplo do que se deve fazer em circunstâncias difíceis. O IPHAN deu um apoio extraordinário a isso, mas não apenas o IPHAN, uma série de outras instituições e, sobretudo, o povo de Diamantina, que é uma cidade apaixonante, porque ela é elegantíssima, é uma cidade leve, é uma cidade chique, é uma cidade aberta, é uma cidade onde o centro histórico é o centro da vida das pessoas. Eu acho que realmente é uma beleza de cidade, e eu diria ao Presidente que dedicasse esta reunião a Diamantina e comunicasse ao Prefeito da Cidade, que é um homem de uma grandeza de alma absolutamente excepcional e que vai ficar extremamente comovido com isso. É a minha proposta." O Presidente determinou o registro, em ata, da decisão do Ministro da Cultura de dedicar a 20ª Reunião do Conselho Consultivo, última de 1999, à Cisdade de Diamantina. Destacou o item Comunicações, na pauta daquele dia, apresentando as seguintes considerações: entendi conveniente, na última reunião do ano, informar os Conselheiros sobre as atividades previstas para o ano 2000. Fundamentalmente, porque nós vamos trabalhar dois projetos importantes ligados ao *Avança Brasil*, que é a gerência do *Brasil Patrimônio Cultural,* pelo IPHAN, e a implantação do Projeto *MONUMENTA,* que é uma diretriz do Ministério da Cultura. Então, nas comunicações desta Presidência, gostaria, para registrar em ata, de prestar uma homenagem à exposição que foi inaugurada há pouco tempo em Paris

sobre o Barroco brasileiro, intitulada *Entre o Céu e aTterra: O Brasil Barroco*. Nós estivemos presentes, alguns Conselheiros e eu. O nosso Conselheiro Angelo Oswaldo é um dos maiores responsáveis pela montagem da exposição, a Conselheira Angela Gutierrez abriu mão, com coragem, de parte da sua coleção. A exposição contou com o apoio do Ministério da Cultura e a participação do IPHAN no sentido de ter colaborado na autorização para a saída do país de cerca de 300 peças. A montagem teve alto nível, um *layout,* projeto de um jovem arquiteto italiano, que criou uma atmosfera correta para o entendimento da exposição, extremamente científica, no bom sentido da didática. O Brasil vai fazer sucesso, tenho certeza, e nós sentimos isso no segundo dia, já voando de volta ao Brasil; o apoio da mídia, da imprensa parisiense, de revistas francesas de alto nível, relatando essa exposição. Eu tinha comentado com o Conselheiro no dia da inauguração: posso estar exagerando, mas havia uma visão do Brasil antes daquela exposição, agora vai ser outra. Podem ter certeza, eu morei na França durante quinze anos, no interior da França, o olhar deles para o Brasil era um olhar nebuloso. Eu acho que com essa exposição, se a população que mora na província francesa tiver curiosidade de visitá-la em Paris, podem ter certeza de que eles vão entender melhor a nossa pátria. Então, estou fazendo essa comunicação para a ciência dos Conselheiros, dos amigos aqui presentes e para ficar registrado em ata. Eu gostaria também de comunicar a nossa ida à solenidade pública que foi organizada pelo senhor Prefeito de Sobral, a felicidade dos administradores e da população nessa homenagem , nessa comemoração que foi feita em praça pública, a conscientização da população, o agradecimento deles em relação ao IPHAN e ao Conselho, por terem a capacidade de analisar e votar a favor do tombamento de Sobral. E, na oportunidade, o Prefeito, em audiência, me entregou um documento, que já está sendo analisado pela Procuradoria Jurídica, onde propõe benefícios e isenções ficais para as cidades que possuem centros históricos tombados e solicita a colaboração do IPHAN. Nós vamos analisar, e depois nós vamos trazer para o Conselho esta idéia muito interessante. Não tenho noção do mecanismo, penso tratar-se de verbas retidas nas prefeituras de cidades que têm sítios históricos tombados. Eu gostaria também de informar que, se não me engano, está acontecendo, em São Paulo, a quarta Bienal de Arquitetura. Gostaria também de informar o Conselho que, a partir do ano 2000, no PPA chamado *Avança Brasil 2000-2003*, existirão 350 projetos que serão gerenciados por representantes dos diferentes ministérios. Nosso Ministério da Cultura tem 10 gerentes, um deles é o Presidente do IPHAN. Nós vamos trabalhar em conjunto, eu disse ontem em reunião com os superintendentes e diretores de museus que não haverá um gerente. Serão praticamente uns trinta gerentes, o que vai mudar um pouco a atuação da produção e das metas que vamos desenvolver durante o ano 2000. Eu queria registrar também, já tinha comunicado aos Senhores Conselheiros,

que nós fizemos visitas a diferentes superintendências; faltam apenas duas. O Presidente tem conversado com todos os técnicos administrativos e técnicos das Superintendências e fará o mesmo trabalho com as diretorias dos museus em articulação com o Secretário do Patrimônio. Convocamos os superintendentes e diretores de museus para dois dias de trabalho para debater o que fizemos neste ano, o que pretendemos no próximo ano, e nos articular para cumprir essa solicitação do Ministério em termos de gerência de trabalho do *Avança Brasil*. E eu me preocupei em propor para o dia de hoje um calendário prevendo reuniões, sempre às quintas-feiras, às quatorze horas. Apresento uma proposta de reuniões mensais, com flexibilidade. O que eu quero dizer é o seguinte: por exemplo, se já realizamos reuniões em fevereiro, março e abril, e o IPHAN não tiver matéria para análise, em maio, adiamos o próximo encontro. Então, eu aumentei de seis para 10, com essa flexibilidade que permite inclusive aos senhores, em termos de outros compromissos, nos informarem mensalmente. Mas faremos, no ano 2000, no mínimo seis. Então eu proponho aos Senhores Conselheiros que analisem e se estiverem de acordo, nós iremos registrar. Assumimos o compromisso de fazer, da mesma maneira que fizemos em 99, no mínimo seis reuniões, e se for necessário teremos quatro no banco de reservas. Eu queria informar que, dos Conselheiros que confirmaram a presença, dois estão impossiblitados de comparecer.. A Conselheira Suzanna Sampaio, por motivos de doença, e o Conselheiro Marcos Villaça, que teve que se deslocar de Brasília para São Paulo acompanhando a esposa que também está com problemas de saúde. Outros Conselheiros que confirmaram sua presença poderão chegar a qualquer momento. Eu também convidei para esta sessão a minha diretoria, que já apresentei para os Senhores, para que eles também façam comunicados objetivos e rápidos, transmitindo a sua visão a respeito da importância do IPHAN, o que eles já iniciaram em processo de trabalho, e o que eles pretendem no ano 2000. Então, da esquerda para direita, passo a palavra à Dra.Maria da Gloria Lopes Pereira. A Diretora do Departamento de Planejamento e Administração apresentou as seguintes considerações: "Boa tarde. O Departamento de Planejamento e Administração é um departamento da área meio, que proporciona a realização de todas as atividades e o cumprimento das ações finalísticas. Nós temos um compromisso com a eficiência e a qualidade dos serviços e produtos ofertados pelo IPHAN à comunidade. Tornou-se condição de sobrevivência nessa administração Fernando Henrique ser eficiente, eficaz e efetivo. Assim, o Departamento elegeu três ações para o ano 2000, para que consigamos assegurar esses objetivos. A reestruturação administrativa, sentida a necessidade de um projeto que contenha no seu conjunto reestruturações estratégicas, táticas, bem como o esclarecimento de metodologias e modelos de desenhos de processos visando a reformulação organizacional e a qualidade dos produtos administrativos. Elegemos

também um programa de capacitação de pessoal, outro problema da administração pública de natureza gerencial e a solução efetiva acontecerá na medida em que mudarem as atitudes e comportamento dos agentes internos, gestores e servidores. Isso só se cumprirá integralmente na medida em que dispusermos de funcionários competentes e adequadamente preparados para o exercício de suas funções. Outra ação é um plano de informação e informática, atividade que quero ressaltar, dada a grande responsabilidade, principalmente com a chegada do ano 2000, e dada a revolução tecnológica numa velocidade difícil de acompanhar, mas muito necessária." O Presidente concedeu a palavra à Diretora do Departamento de Proteção, Louise Ritzel, para a seguinte comunicação: "Boa tarde a todos. O Departamento de Proteção tem uma interface no seu trabalho, uma interface direta com os trabalhos que têm sido realizados pelo Conselho na área de tombamento de bens culturais. Para o ano de 2000, são basicamente três ações, nas quais o Departamento de Proteção vai concentrar as suas energias, além dos trabalhos rotineiros que são feitos. O primeiro deles é o resgate de um debate que o IPHAN sempre fez na sua história e que está deixando um pouco de lado. É um resgate da discussão de diretrizes de proteção e de conservação. Um resgate de conceitos, numa nova realidade de país e de forma de utilizar os nossos bens culturais tombados para que possam servir como exemplos da nossa cultura, para as próximas gerações. Então seria um ciclo de debates, tanto na área de proteção, como nas questões vinculadas à conservação, em parceria com o Departamento de Promoção. Nas discussões com os Superintendentes ficou muito claro que precisamos começar a tratar com bastante cuidado e profundidade a questão do uso desses bens para que eles fiquem conservados. Então o ato de tombamento é uma proteção que, se não houver a conservação dos bens, perde o seu sentido. É necessário que se alie a conservação ao uso dos bens para que eles sejam revitalizados e tenham a sua finalidade para a sociedade. A segunda coisa seria uma continuidade, o tratamento dos processos sobrestados. São os processos abertos há muito tempo, por vários motivos paralisados. Já se fez uma primeira etapa concentrada na sua instrução e análise sobre a qual gostaria de ler um informe feito pela Divisão de Estudos de Acautelamento: 'As atividades de estudo e análise de processos de acautelamento no ano de 1999 foram profícuas, resultando no tombamento de bens culturais de grande valor. Podem-se citar conjuntos urbanos significativos como os de Igatu, na Bahia, e o de Sobral, no Ceará; conjuntos paisagísticos ou etnográficos como o da Lagoa Rodrigo de Freitas, no Rio de Janeiro, e o do Terreiro do Axé Opô Afonjá, na Bahia; edifícios isolados como o do Colégio Militar no Rio de Janeiro e algumas edificações do campus universitário da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Concluiu-se também uma necessária rerratificação, a de Porto Seguro, na Bahia, e se formalizou a proposta de substituição da Portaria 01/85 (entorno de bens tombados

no bairro do Jardim Botânico, no Rio de Janeiro), que vinha sendo estudada desde algum tempo. Mas é necessário observar que essas atividades apresentaram, em 1999, um perfil particular, considerando que houve neste ano um incremento na retomada de processos de acautelamento sobrestados no Arquivo Central, atividade que já vinha sendo realizada desde o final de 1996. A programação de conclusão de processos tem absorvido, sobretudo no segundo semestre, quantidade consideravelmente maior de processos mais antigos (do período de 1938 a 1959) do que nos dois últimos anos, quando se iniciou a retomada dos processos sobrestados no Arquivo Central, ou seja, os processos que, por um ou outro motivo, tiveram sua tramitação interrompida em momentos distintos da trajetória institucional. Essa iniciativa vem permitindo a solução de situações dificultantes no passado, algumas de trato delicado em sua época mas que hoje podem ser mais facilmente resolvidas e, na grande maioria dos casos, vem resultando em indicações de arquivamento. Daí o grande número de processos antigos que vêm sendo arquivados, conforme já se observou na última reunião deste Conselho. O grande número de indicações de arquivamento propiciou um desempenho notadamente mais alto, em termos administrativos de quantidade de processos concluídos, do que nos anos anteriores. De fato, até o final do ano estarão concluídos quarenta e cinco processos, número que representa uma vez e meia a duas vezes a média de conclusão de processos nos últimos dez anos. Ou seja, concluiu-se no ano de 1999 o dobro, ou quase o dobro, do número de processos encerrados nos últimos dez anos. Por conseguinte, trata-se de uma vertente importante de trabalho, pois a conclusão desses processos mais antigos contribui para uma melhor organização institucional e para a disponibilização das informações em nível interno e externo. É preciso observar que as indicações de arquivamento também se fundamentam em estudos e avaliações, mas admite-se, nesses casos, instrução sumária, o que acelera a tramitação dos processos. Enfim, resulta desse trabalho que nós tivemos concluídos, de janeiro a novembro de 99, sete processos com indicação de tombamento, um processo com indicação de rerratificação de tombamento, 29 processos com indicação de arquivamento e dois processos com execução de diligências, um com indicação de portaria de entorno, totalizando 40 processos até o momento.' Há previsão de conclusão de mais cinco processos até o fim de 99, são três indicações de tombamento e duas de arquivamento,' Então, essa é uma produção recorde na história da instituição, que vamos continuar no ano que vem, fechando mais a nossa meta para que venha chegar em, se não me falha a memória, 50 processos. A meta que está no programa de governo são 30 processos de tombamentos, quer dizer, 30 tombamentos. Nós temos uma meta, que está escrita no programa de governo, no *Avança Brasil*, de 30 tombamentos no ano que vem. Como sabemos que não é assim que funciona, podemos analisar 200 processos, mas tombamentos não são coisas

previsíveis, entendemos que foi uma otimização do trabalho de todos nós, mas que de certa forma nós vamos conseguir superar no sentido dessa análise dos processos e, considerando os processos para arquivamento, não só os de tombamento, vamos superar, com certeza. E a terceira ação em que o Deprot vai se concentrar no próximo ano é na parte de regulamentação, de normas que possam deixar, no âmbito da conservação e da proteção, o trabalho regulamentado de forma clara para toda a sociedade. É isso, obrigada." O Presidente concedeu a palavra ao jornalista Fernando Coelho Teixeira que apresentou os seguintes informes: "Senhor Presidente, Doutor Carlos Heck, Senhores Conselheiros, Senhoras Conselheiras, minhas colegas de Diretoria, Senhores Superintendentes Regionais. Novamente eu tenho a honra de dirigir-lhes a palavra pela segunda vez. E, neste momento, apenas para alinhavar as questões relativas a um olhar nosso diferenciado e bastante preocupado, com relação à comunicação do IPHAN basicamente para o ano que vem. O trabalho do IPHAN, sustentado pela ação dos senhores, talvez seja , nessa virada de milênio, em que o Brasil faz e completa 500 anos, um dos momentos mais importantes e mais oportunos para o resgate definitivo da memória cultural desse país aparentemente tão esquecido. Entendo pessoalmente que não é mais possível um trabalho com tamanho valor, um trabalho tão extraordinário, que toca de perto a sociedade civil, continue sem janelas importantes na mídia, que lhe dêem a devida visibilidade. Eu acho que a questão da comunicação do IPHAN, dos atos do IPHAN com relação ao patrimônio cultural brasileiro para o ano que vem, passam por uma ação vigorosa da nossa parte no sentido de que se informe a imprensa, acima de tudo, da importância e do desenvolvimento de tanto trabalho essencial feito pelo IPHAN. Independentemente de se cuidar de todas as publicações e se ampliar o sentido das publicações e fazer com que elas cheguem às prateleiras e às mãos de outros consumidores, independentemente da questão relativa à premiação, independentemente das questões relativas à promoção e ao fomento de cursos e seminários, nós temos, acima de tudo, que trabalhar, fazer um lance bastante ousado e bastante objetivo, com relação à imprensa, com relação aos veículos de comunicação, para que de uma vez por todas a sociedade civil brasileira, a população brasileira não se equivoque jamais a respeito da importância, da utilidade e de tudo aquilo que o IPHAN tem feito até agora pelo resgate da memória desse própria população. Muito obrigado." O Presidente passou a palavra à museóloga Célia Corsino, Diretora do Departamento de Identificação e Documentação, para a seguinte comunicação: "Senhores Conselheiros, Senhor Presidente, colegas do IPHAN, Regionais e Diretoria. Primeiro eu queria agradecer a oportunidade de poder ter cinco minutos para contar para o Conselho o que estamos fazendo. Na verdade, eu separei em duas etapas o que vou falar, e vou ser muito breve. Eu já estou à frente do Departamento de Identificação e Documentação, DID, há dois

anos. E a idéia nossa era transformá-lo em um departamento de arquivos e bibliotecas, em um departamento de identificação realmente. Aquele departamento que vai mapear o patrimônio cultural brasileiro de uma forma global e possivelmente apontar e dar subsídios para que se aponte o patrimônio que deve ser protegido. Nessa trajetória, implementamos a questão básica dos inventários. Claro que sempre se fez inventário no IPHAN, mas destacamos, para ser uma ação substantiva do Departamento, a ação de identificação. Pegamos todos os inventários que estavam sendo realizados na casa e demos a eles um padrão nacional. Procuramos informatizá-los de modo a proporcionar a todos o acesso àquele conhecimento produzido dentro do IPHAN. E assim temos o Inventário Nacional de Bens Imóveis de Sítios Tombados, que nós apelidamos de INBI, são aqueles inventários dos núcleos tombados. Temos os inventários dos bens móveis, dos integrados, que é feito desde 86, não é novidade nenhuma. Mas tínhamos em cada parte do país a ficha preenchida de um modo diferente, num sistema de informática diverso. Agora está tudo caminhando no mesmo rumo. Colocamos e sistematizamos um cadastro nacional de sítios arqueológicos importantíssimos, nós somos os guardiões disso, esse cadastro existia, era em folha de papel num arquivo do Rio de Janeiro, sem grande acesso. Hoje está acessível, inclusive na Internet. Não está ainda totalmente revisado, mas já temos 14 mil itens nesse cadastro. E estamos propondo um inventário novo, para o próximo ano, que é um inventário nacional de material de artilharia, com o mesmo sistema adotado para as igrejas, em 86. Gostaríamos de, no ano que vem, trazer ao Conselho o nosso manual, a metodologia e, possivelmente, um ou dois inventários prontos e um compromisso de terminar, talvez em cinco anos. Nós trabalhamos com licenciamento ambiental, em parceria com o Ibama, na identificação do patrimônio cultural brasileiro. É uma área nova, é um desafio que desejamos enfrentar. Quanto aos acervos bibliográficos, posso informar que, como o Rio de Janeiro tem muitas bibliotecas, estamos tentando integrar em rede as bibliotecas do IPHAN. Não existindo um livro em determinada biblioteca, o pesquisador é encaminhado para o local onde está disponível. Quanto aos acervos museológicos, vamos orientar nosso trabalho, prioritariamente, para os museus regionais, aqueles ditos museus do IPHAN, uma vez que os museus nacionais têm uma capacidade instalada, estão caminhando muito bem. Para o inventário desse material elegemos o *SCAM*, que é o Sistema de Cadastro de Acervos Museológicos praticado pelo Museu da Inconfidência, o mais adequado para os museus do IPHAN, que tem o mesmo perfil. Uma coisa importante, porque é lá que todo trabalho do Conselho fica guardado, procuramos modernizar o Arquivo Noronha Santos, criando condições de acondicionamento para que todos os processos de tombamento fiquem em perfeito estado o maior tempo possível. Hoje temos um arquivo com módulos deslizantes, todo informatizado. Estamos começando a tratar

o extenso acervo de fotografia, com quase 300 mil itens. No PPA - Plano Prévio Anual - decidimos dar continuidade ao Cadastro de Sítios Arqueológicos; priorizar o Inventário Nacional de Bens Arquitetônicos, dando enfoque especial para a arquitetura civil rural e urbana; trabalhar num programa de gestão documental buscando um conhecimento mais detalhado da documentação histórica sob a guarda do IPHAN, principalmente os arquivos referentes ao Ciclo do Ouro. E neste ano aparece uma coisa nova no Departamento. Uma vez aprovado o registro do Patrimônio Imaterial, na forma como foi encaminhado ao Ministro, esse registro será gerenciado pelo Departamento, se tratar de identificação, documentação, dossiês e registro. Não pretendemos fazer o tombamento da Festa do Boi e nem do Quarup, muito menos de outra celebração ou espaço. Então, o Departamento vai trabalhar arduamente para a definição do modelo desses dossiês. De toda forma, queria agradecer a oportunidade, senhor Presidente, e colocar o Departamento à disposição. Nós temos duas bibliotecas, uma no Rio e a outra em Brasília, e dois arquivos, um no Rio, que todos conhecem, que é o Arquivo Noronha Santos e o arquivo de Brasília, que é o arquivo do CNRC, o Centro Nacional de Referência Cultural. Obrigada." O Presidente agradeceu o relato dos membros da Diretoria Colegiada e, atendendo a questionamento do Conselheiro Silva Telles sobre a assinatura do convênio com o BID e sobre a manutenção da equipe do IPHAN incumbida de fiscalizar e coordenar a implantação do programa, passou a palavra ao arquiteto Cyro Illidio Correa de Oliveira Lyra para os seguintes esclarecimentos: "O *Programa MONUMENTA* é um programa que vai ter grande repercussão, por beneficiar uma série de cidades. Imaginamos 14 a 15 cidades, além daquelas escolhias na primeira fase, que são: Olinda, Recife, Ouro Preto e Rio de Janeiro. Além disso, o programa contém projetos de fortalecimento do IPHAN, que são projetos de inventários de 20 áreas tombadas, projetos de renovação e aperfeiçoamento das normas de gestão das áreas tombadas, além de equipamentação de informática. A grande qualidade do programa, o grande efeito dele é que representa mudança muito grande na gestão do IPHAN de áreas urbanas. Por se tratar de um programa em convênio com o Banco, e um banco é sempre muito exigente em normas e regulamentos, o IPHAN teve que começar a se organizar. Começar a preparar manuais; por exemplo, manuais de fiscalização, e acompanhamento de obras, e esses manuais, esses instrumentos vão ser muito importantes para a gestão do IPHAN, principalmente em relação a áreas tombadas. Um exemplo: nós não temos hoje, vamos Ter, com recursos do programa, regras de inserção, regras de modificação para as áreas tombadas. Hoje o cidadão de Ouro Preto, quando vai ao IPHAN, não encontra regulamentos de posturas do que o IPHAN exige de quem quer construir, reformar, modificar em Ouro Preto. Eu acho que o programa BID criou oportunidade do IPHAN agir de forma mais transparente

e mais democrática nas áreas tombadas. É um programa de cinco anos, com 62 milhões e 500 mil dólares emprestados pelo BID e soma de igual valor ofertada pelo Tesouro Nacional, totalizando 125 milhões de dólares, e contrapartidas municipais em torno de 20% de cada projeto." O Presidente agradeceu e apresentou os seguintes esclarecimentos: "Eu gostaria de reiterar a fala do Cyro, Conselheiro Silva Telles, enfatizando que o IPHAN, nesse programa, é a figura principal, porque ele vai estar no início, no meio e no fim do programa, vai estar pilotando, fiscalizando, aconselhando, brecando, propondo. Ele é o braço técnico fundamental e sem ele o programa não tem possibilidade de ser implantado. Nós vamos tomar todos os cuidados necessários para que ele seja posto em prática de forma a restaurar, preservar, conservar os sítios históricos e os conjuntos formados no mínimo por dois monumentos, previstos no programa. Como exemplo cito Pelotas que, além de um teatro e três casas tombadas, tem outros prédios na praça, inclusive um hotel famoso, local em que Getúlio Vargas fez o seu primeiro discurso, no início da sua carreira. Então, esse conjunto de monumentos pode ser objeto de um trabalho dentro do MONUMENTA. E, por outro lado, é o IPHAN quem está propondo uma listagem de prioridades para que o Ministério faça a escolha através de uma comissão tripartite. Em nível nacional, cabe ao IPHAN levantar todos os sítios passíveis de serem escolhidos. Essa comissão terá representantes, em proporção majoritária, da sociedade civil organizada, além dos representantes do poder federal e de representantes dos estados e dos municípios. Essa comissão se reúne provavelmente a partir de meados de janeiro. Ela delibera em função do levantamento que nós fizemos através das nossas pontas, que são as superintendências, e em função da articulação do nosso Grupo de Trabalho com a UCG, para estabelecer os critérios de julgamento. Uma vez fechado esse pacote, nós vamos partir para ação. Nós vamos começar com quatro projetos experimentais, porque são condições novas de trabalho e de exigências. Não sei se ficou claro. E eu acho que o Conselho, nesse novo processo em relação a restaurar, conservar, preservar, vai ter um papel importantíssimo." O Presidente, então, passou a palavra ao Conselheiro Angelo Oswaldo para as seguintes ponderações: "Senhor Presidente, Senhores Conselheiros, quero aproveitar a oportunidade em que estamos tratando, objetivamente, do projeto do BID para colocar uma preocupação que guardo para mim há algum tempo. Prefeito de Ouro Preto, no final do meu mandato, em outubro/novembro de 96, recebi Enrique Iglesias, Presidente do Banco Interamericano, em Ouro Preto, quando esse projeto começava a nascer e havia muita expectativa em torno dele. Depois, ao longo dos últimos três anos, tivemos momentos de grave preocupação e de inquietação sobre os seus rumos. Fico, em primeiro lugar, tranqüilizado e satisfeito de ouvir o Presidente do IPHAN indicar que o IPHAN está presente e tem o pleno controle do programa, e que o programa

deve realmente criar benefícios. Eu me permitiria agora externar uma outra preocupação que, penso, deveria ser levada em conta pela direção do IPHAN e do programa. Esse projeto deve ser mais e mais aberto para o Conselho, para todos aqueles que trabalham no IPHAN e para a sociedade de modo geral, a fim de que possa ser acompanhado. É um investimento pesado, um ônus muito grande que o Estado brasileiro assume, portanto, em nome da população do País. É um engajamento do País em um empréstimo internacional para realizar um programa importante. Então, isso tem que ser feito com muita clareza. Preocupa-me a posição da Prefeitura de Ouro Preto. Como fui Prefeito, e exatamente o prefeito anterior, evitei até agora manifestar essa preocupação. Mas tenho que fazê-lo agora, tanto como ex-Prefeito, como na condição de Secretário de Estado da Cultura de Minas Gerais. A Secretaria gostaria de participar mais de perto. Temos também, vinculado à Secretaria, o Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico- IEPHA, criado à imagem e semelhança do IPHAN. Como Conselheiro do mesmo modo quero externar essa preocupação. O Dr. Cyro Lyra acabou de dizer que não há critérios para aprovação de projetos em Ouro Preto. Sempre houve critérios, no meu governo. Estabelecemos um programa comum e trabalhamos, durante quatro anos, a Prefeitura e o IPHAN, retomando o modelo da época de Aloísio Magalhães, que era o convênio SPHAN-UFOP-PMOP, Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, hoje Instituto, Universidade Federal de Ouro Preto e Prefeitura Municipal. Não aprovávamos nada na Prefeitura, reconhecendo o tombamento e a autoridade do IPHAN, para que todos os projetos só fossem aprovados conjuntamente e com a participação de outras instituições. Convidamos o IEPHA e o IEF (Instituto Estadual de Florestas), fizemos um conselho e, durante quatro anos, houve essa interação. Os projetos eram discutidos com os interessados e a fiscalização também era conjunta. Isso acabou. O atual Prefeito de Ouro Preto eliminou a Secretaria de Planejamento. Deu para outros setores da Prefeitura os computadores que a UNESCO havia comprado para o serviço de planejamento e controle do patrimônio municipal. Desmontou tudo e hoje é o *laissez-faire*, as pessoas podem fazer o que bem entenderem na cidade. Acredito que a Prefeitura não está apta, não está qualificada para participar de um programa dessa natureza, porque vai simplesmente dizer que está trazendo obras para a cidade, vai inculpar o IPHAN, e nós temos sempre procurado fortalecer a posição do IPHAN, porque o IPHAN será sempre a última esperança em Ouro Preto. Então é preciso que ele seja fortalecido cada vez mais e reconhecido. Se a Prefeitura não restabelecer o seu serviço de fiscalização patrimonial, de aprovação de plantas e projetos, de controle das construções, se ela não estancar o que está acontecendo à cidade, tudo vai piorar, sobretudo porque estaremos em ano eleitoral. Apresento aqui uma questão técnica, conceitual, questão de critérios e conceitos, qualificação e habilitação de um

organismo público da esfera municipal para se conveniar com organismo federal e a fim de receber recursos que estão sendo buscados no exterior. Essa Prefeitura não pode ter prioridade, porque não está habilitada. Se não houver Serviço Municipal de Patrimônio, a Prefeitura não pode participar desse programa. É a minha maneira de pensar, ao analisar a situação. Coloco a questão para o Presidente do IPHAN, para todos os envolvidos no programa, porque senão tudo será feito e será perdido. Assim como perdemos os computadores da UNESCO, como perdemos o convênio de atuação conjunta, que consegui recuperar anos depois de Aloísio Magalhães. Porque tinha sido extinto pelo mesmo Prefeito, em 1983, e recuparado por nós em 1993. A Prefeitura deve ser convocada a participar desde que, por bem, cumpra as obrigações exigidas para fazer parte do programa. Por fim, queria lembrar, dentro do mesmo assunto, a questão colocada pelo Presidente relativa a recursos para as cidades que têm áreas tombadas, as chamadas cidades históricas. É questão já discutida aqui muitas vezes – a concessão de cota especial do Fundo de Participação dos Municípios. O Congresso pode estabelecer, no orçamento da União, uma cota especial para essas cidades. Isso aconteceu em Minas Gerais. Uma lei dá uma pontuação especial, estabelecida pelo IEPHA, para fins da redistribuição do ICMS devido dos municípios. Cerca de 250 dos 853, com bens tombados por órgão federal, estadual ou municipal, possuem Conselho Municipal de Patrimônio e recebem uma cota extra do ICMS. Então hoje todos os municípios querem ter órgão de patrimônio, contratam técnicos, fazem tombamentos e obras de restauro, criam museus, e assim recebem maior volume de recursos do Estado. Dou um exemplo. O Prefeito de Catas Altas, Município criado recentemente (antigo Distrito de Catas Altas do Mato Dentro) aplica verba na recuperação do conjunto monumental do Caraça, e me disse: 'Estou abastecendo a minha fonte'. Se não fossem o Caraça e esse critério de Patrimônio Cultural, o ICMS dele era zero. Presidente, isso foi tentado na época da Constituinte, pode ser que agora haja clima mais favorável, com a compreensão mais ampla dos valores do Patrimônio". Prosseguindo, o Presidente fez a seguinte intervenção: "Eu agradeço as palavras do Conselheiro e confesso que a sua preocupação é a minha também. Agora mais ainda. É claro que há um volume financeiro bastante grande no segmento do patrimônio dos bens tombados. Nós precisamos ter muita atenção e eu confesso publicamente aqui ao Senhor Conselheiro que a minha diretoria está consciente desse problema, nós já estamos nos estruturando para enfrentá-lo. Agradeço a informação a respeito do comportamento do Senhor Prefeito de Ouro Preto, que não conheço, mas vou, Senhor Conselheiro, fazer um comunicado verbal a respeito desse assunto no Ministério. O Senhor Ministro não criou nenhum grupo de trabalho, nenhuma comissão, mas ele congregou no Ministério uma equipe, composta pelo Secretário do Patrimônio, a Secretária Executiva, o Coordenador da UCG e o Presidente do

IPHAN, para pilotar e discutir questões macro. Por exemplo, precisamos estudar como envolver esse Prefeito ou essa Prefeitura." O Conselheiro Angelo Oswaldo fez a seguinte observação: "É só pedir que as Prefeituras estejam qualificadas. Se uma prefeitura não está habilitada para trabalhar, se não tem programa de preservação, se não tem técnicos e não se interessa, desconhecendo a matéria, não pode participar. Trata-se de um critério técnico. Até porque, há outras cidades tombadas em Minas Gerais; Mariana está ali ao lado, Tiradentes, Diamantina. Esta sessão é dedicada a Diamantina, que tem carências muito profundas e arrecada 600 mil reais por mês. Ouro Preto arrecada três milhões de reais por mês. Não é uma Prefeitura sem recursos. Não pode alegar falta de recursos. É uma Prefeitura que não está disposta a atuar nesse sentido e, evidentemente, não está habilitada para o participar do programa. O próprio grupo poderá avaliar. Seria uma pressão saudável para que, em nível municipal, se restabeleça o tipo de desempenho esperado da ação local. Existe um Plano Diretor na cidade, felizmente votado e sancionado na minha administração". Em resposta, o Presidente fez as seguintes observações: "Sem dúvida, Conselheiro, inclusive temos informações, através da Superintendência, da aprovação de plantas que ferem as normas da preservação e quero tentar reverter essa situação. E quero também dizer, Conselheiro, como Secretário da Cultura que representa o Governo do Estado na questão do patrimônio mineiro, que, no *Programa MONUMENTA*, o aporte de capital para as cidades históricas será feito através das Prefeituras Municipais e não através do Estado. Mas nós queremos, e é uma intenção do Programa, que os estados se envolvam. Então faço um apelo aqui ao Senhor, não como Conselheiro, mas como Secretário da Cultura do Governo de Minas, para que participe conosco da implantação do *MONUMENTA* em cidades de Minas Gerais. Se vingar Ouro Preto com os nossos cuidados, será Ouro Preto, se não, iremos ver. Eu vou levar esse assunto ao grupo constituído pelo Senhor Ministro para resolver essas questões mais delicadas e que têm um caráter técnico-político." O Conselheiro Thomaz Farkas pediu a palavra para indagar se o programa MONUMENTA envolverá também o acervo cultural da Cinemateca Brasileira, sendo informado pelo Presidente da impossibilidade do uso da verba do MONUMENTA na preservação daquele acervo. O Conselheiro José Silva Quintas pediu a palavra para apresentar as seguintes observações: "A propósito da preocupação do Conselheiro Angelo Oswaldo sobre esse comprometimento ou não de municípios com o projeto, constatei que todos se interessam quando se trata de recursos financeiros. Nossa orientação, dentro da área ambiental, tem sido conceder recursos de acordo com critérios de elegibilidade. Ou seja, são pré-condições, critérios que, ao mesmo tempo, exigem compromisso e também induzem o município a criar garantias de continuidade. Por exemplo, havia um programa no Ministério do Meio Ambiente que exigia dos Estados a criação de batalhões ou

companhias de polícia florestal para a fiscalização ambiental. O Fundo Nacional de Meio Ambiente exigia, para aprovar projetos de municípios, a criação de um Codema, que é um Conselho de Defesa de Meio Ambiente, ou de uma Secretaria de Meio Ambiente para fazer seu acompanhamento. Enfim, pré-condições, um conjunto de critérios e compromissos de criação de instâncias para garantia da continuidade do processo. No caso do *Programa MONUMENTA,* provavelmente devem existir critérios de elegibilidade, exigidos em geral nos projetos internacionais. O Presidente solicitou ao arquiteto Cyro Lyra a apresentação de esclarecimentos sobre o assunto, transcritos a seguir: "Ouro Preto e as outras três cidades - Olinda, Recife e Rio de Janeiro - são projetos-amostra, surgiram quando não estavam fixados os critérios de elegibilidade. Esses critérios foram definidos ao longo deste ano para se consolidar o contrato. Realmente,o projeto de Ouro Preto é um projeto preocupante. Não é um projeto que nós desejaríamos, embora vá beneficiar a cidade. Mas, para funcionar de acordo com os critérios que estão sendo estabelecidos agora, Ouro Preto necessitará de uma unidade com um pessoal especialista dentro da Prefeitura, uma espécie de escritório que acompanhe o projeto e seja o interlocutor do IPHAN. Outra coisa importante é que o Programa, à medida em que foi sendo montado neste ano, definiu o IPHAN como o órgão que fiscaliza e exige. Então, na realidade, o programa de Ouro Preto, como todos os outros, vai ter que seguir as exigências do IPHAN. Os critérios de elegibilidade são vários, inclusive exigem que haja uma legislação específica, que haja um sistema local de proteção, mas isso atingirá principalmente os municípios que vão entrar agora." O Conselheiro Angelo Oswaldo pediu a palavra para as seguintes ponderações: "Presidente, acho que basta adiar o projeto e solicitar da Prefeitura todas as providências. Estamos vendo uma Prefeitura agir de forma incorreta e ser premiada em detrimento de municípios mais empenhados na preservação do seu patrimônio. É uma situação grave". O Presidente respondeu nos seguintes termos: "Há critérios e exigências de controle mas, assim mesmo, Conselheiro, sinto que nós precisamos ter um olhar técnico-político em relação a esse prefeito, em função do que o Senhor está nos informando." O Conselheiro Arno Wehling pediu a palavra para apresentar a seguinte indagação: "Havia no projeto uma previsão de ações educativas e quase pedagógicas, uma interface com o curso de Engenharia e Arquitetura, isso foi contemplado no projeto? Senti falta e sugeri o mesmo procedimento em relação à área do magistério, dos professores de primeiro e segundo graus, dos quais se espera, em outra parte do projeto, que recebam uma série de informações, para atuar. Mas não se prevê nenhum tipo de auxílio à formação deles, como se prevê para os cursos de Engenharia e Arquitetura. Ora, todos nós conhecemos a condição precaríssima das Licenciaturas. Eu dirijo um curso de Licenciatura de História, sei disso, sempre trabalhei nisso, daí ter achado importante sugerir que não fosse esquecida essa

atuação junto à formação dos futuros professores de primeiro e segundo graus." O Presidente, após informar haver encaminhado a sugestão ao Grupo de Trabalho incumbido de fazer a análise das propostas, passou a palavra ao arquiteto Cyro Lyra para os seguintes esclarecimentos: "O componente do Programa Educativo possui muitos recursos. Na realidade, ele estava sendo estudado dentro do Ministério por um grupo ligado à TV Cultura. A minha impressão, não estou acompanhando isso, é que está sendo gerenciado diretamente pelo Ministério. Mas essas suas colocações foram encaminhadas à Unidade Central de Gerenciamento, porque isso ainda está para ser formulado. Acho que incluir toda essa parte de formação de quadros e criar uma consciência do que é o patrimônio, por parte de professores locais, é perfeitamente factível. Faz parte dos objetivos do Programa que as cidades contempladas passem a ter uma conscientização, uma participação maior ao longo do tempo." O Conselheiro Angelo Oswaldo pediu a palavra para apresentar os seguintes observações: "É ainda uma questão da última reunião. Julgo necessário prestar este esclarecimento. Na última sessão do Conselho, praticamos o tombamento da orla da Lagoa Rodrigo de Freitas. Terminada a reunião, saí do Palácio Gustavo Capanema, atravessei a rua e fui fazer uma conferência na biblioteca da Maison de France. Como a imprensa do Rio de Janeiro ficou sabendo que tinha sido tombada a orla da Lagoa, os jornalistas se precipitaram, foram ao Palácio Capanema, no oitavo andar e na sobreloja, sem obter informação. Foram então me procurar, quase interromperam a conferência, para obter informações. Quero esclarecer isso porque, no dia seguinte, o meu nome apareceu nos jornais do Rio de Janeiro. Não queria dar declaração alguma. A única coisa que fiz foi dizer que havia sido realizado o tombamento, que eu achava que era uma conquista da Cidade do Rio de Janeiro, que era uma ação importante e que, da minha parte, como Conselheiro, estava feliz porque votara a favor. Dois dias depois, em função dessa cobertura dos jornais, e não cabia a mim, mas ao Presidente do IPHAN, fazer considerações sobre a matéria, recebi um longo telefonema do Prefeito Luiz Paulo Conde, e quero registrá-lo isso aqui, porque ele estava furioso. Estou acostumado com isso. Quando fizemos o tombamento do Copacabana Palace, recebi também um telefonema do Vice-Governador do Rio de Janeiro na época, o meu amigo e conterrâneo Darcy Ribeiro, que também ficara furioso com aquele tombamento. Ainda lembrei isso ao Prefeito e manifestei o meu espanto ao ouvir um arquiteto, um urbanista considerar o tombamento federal uma ingerência em sua administração. Pode ser uma interferência positiva, mas nunca será uma interferência indevida na vida do Município. Quero registrar o fato, porque foi assim que as coisas se passaram . Acredito que o Prefeito deveria ter um esclarecimento melhor sobre o que foi esse tombamento, tão significativo para a Cidade do Rio de Janeiro." O Presidente fez a seguinte observação: "Ele fica furioso, Conselheiro, mas

conversando ele acalma. Já estive em seu gabinete uma vez para tratar do assunto do Parque do Flamengo, que me preocupa, porque acho que não deve ser tratado de forma pontual. Então estive com ele e disse que nós precisamos encontrar uma maneira de ver, de conviver, em relação ao Aterro do Flamengo, sobre o qual ele tem razão num determinado ponto de vista. A Cidade do Rio de Janeiro evoluiu, ela não é mais o Rio de Janeiro dos anos 40, 50, é um parque com caráter metropolitano e nós deveríamos tratar essa situação de uma forma não pontual. Depois, estive uma segunda vez com ele visitando o parque, almoçamos juntos no restaurante e fizemos uma volta. Achei o trabalho produtivo em termos de contato. Visitei o Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro, fui do subsolo ao teto, rodei com a diretora, com o assessor do Prefeito. Disse ser contra o cercamento. A palavra cerca não é boa. Nós queremos proteger, mas temos que dar direito de passagem, porque há uma passarela que traz o público para a face frontal do museu e atravessa o museu para ir à orla. Aquilo tem que ser mantido. E também fiquei surpreso com a sua fúria quando ele criticou o nosso Superintendente Regional, o arquiteto José Pessoa, no *Jornal do Brasil.* O meu Diretor de Promoção respondeu à altura e entrou em contato com o jornalista responsável pelo caderno Cidade, que deu cobertura para essa querela e, no dia seguinte, foi publicado um editorial, jamais, digamos assim, dividindo a pêra no meio, como diz o francês. Solicitamos, não o direito de resposta, porque o nosso Superintendente teve o seu espaço, mas solicitamos o seguinte: vamos conversar e mande para nós as questões a respeito do IPHAN e do comportamento do IPHAN em relação ao Município do Rio de Janeiro, e nós vamos esclarecer. E estamos aguardando. Já entrei em contato com o Prefeito para uma nova audiência, para ver se acalmamos um pouco a sua fúria. Tive informações de que ele tem uma visão da questão do tombamento, do patrimônio, desde os bancos escolares, da época da universidade, quando era estudante. Agora, ele, que eu respeito muito como figura política e arquiteto, na sua atividade profissional observa as normas de uso do solo, o Código Civil, não faz projeto sem recuo, não é verdade? Então, o IPHAN tem as suas normas também. Nós estamos de novo tentando, conversei com ele ao telefone, ele está em viagem, vou marcar uma audiência novamente, mas dessa vez o Secretário do Patrimônio vai junto para mostrar que tanto o IPHAN, quanto o Ministério têm um olhar a respeito de certas questões administrativas e urbanas. Fiz até uma proposta de um concurso público de nível nacional, ou quiçá internacional, convocando arquitetos que trabalham na questão arquitetônico-urbanística para fazer uma proposta que, mantendo a preservação, vá de encontro aos anseios da administração e da própria população do Rio de Janeiro. Não consegui convencê-lo. Mas não desisti da idéia." O Conselheiro Italo Campofiorito pediu a palavra para as seguintes considerações: "Esse assunto está ligado a intervenção minha. Não era presidida por Vossa

Senhoria a reunião em que se tratou do que realmente magoa o Prefeito, quanto ao Aterro. O Presidente da nossa Sessão foi o Dr. Glauco Campello que, num dado momento, por equívoco, também usou essa história dos anos que passaram, e do jardim que não é mais de uma cidade antiga, é de uma cidade muito mais adiantada. Eu conheço o nosso colega. É um Prefeito cheio de obrigações, cheio de vaidades e cheio de dificuldades, mas ele é uma pessoa nitidamente colocada na questão do patrimônio. O que preocupa o Prefeito não é essa pequena provocação que ele fez com o José Pessoa, um pouco infantil, chamar um Superintendente nosso de bobo não quer dizer nada, bobo é ele. O que preocupa o Prefeito é que ele queria privatizar a Marina e apresentou um projeto para nós sobre o qual eu gostaria de dizer duas coisas. Em primeiro lugar, o argumento de que a cidade cresceu é o mais absurdo de todos. Depois que Nova Iorque cresceu, ninguém mais constrói no Central Park, isso é uma coisa óbvia. No tempo em que o Central Park era um pântano e a cidade estava lá em Wall Street, poderiam construir à vontade. Quando a cidade cresceu e virou aquele cristal de rocha, ninguém mais pensaria em construir ali. Quanto mais a cidade cresce, mais eles respeitam o parque, porque mais o parque é necessário. A idéia de que o parque tem que perder o caráter de pulmão da cidade, porque a cidade cresceu, é justamente um contra-senso completo. A mesma coisa é válida para o Hyde Park e para qualquer parque de Paris. Haussemann, para abrir avenidas, cortou um pouco dos jardins do Luxemburgo, que era um Palácio Real. Hoje não passaria nem pela cabeça de um gato de Paris construir alguma coisa naquele jardim. Quanto mais a cidade cresce, quanto mais densa ela fica, quanto mais é difícil a qualidade de vida, quanto mais violência há, mais se defende o verde. Eu queria dizer a Vossa Senhoria que partiu de mim a iniciativa, e nem pensei que seria tão apoiado, de não examinar o projeto de arquitetura, mesmo que de boa qualidade. O Conselho não examina qualidade de arquitetura, o Conselho tem um tombamento a respeitar. O Dr. Rodrigo encarregou o Professor Paulo Santos de realizar o seu detalhamento, mas foi cuidado na sua própria mão, que era a mão que segurava a rédea. O Governador Carlos Lacerda, em três linhas, pediu o tombamento do parque. Questionado sobre o seu objetivo, Maria Carlota Macedo Soares, construtora do parque, foi muito clara: é preciso prestar atenção, porque a quantidade de terreno verde no centro da cidade rapidamente se tornará um *filet mignon,* um objeto de cobiça da especulação imobiliária. O problema é o seguinte: não se pode, e essa é a decisão do Patrimônio, foi objeto depois de um famoso parecer de Gilberto Ferrez, não se pode fazer nada mais extenso do que as construções especificadas no projeto tombado. O importante é que o verde é *non aedificandi*. É só isso. O Luis Paulo Conde não é absolutamente uma pessoa ridícula, ele é um arquiteto que sempre detestou a idéia de tombamento. Seria preciso nomeá-lo presidente do IPHAN, e ele gostaria, porque só gosta do que

ele próprio faz. Ele não está preocupado com as pequenas coisas que a 6ª SR faz, com toda a razão, com todo o direito, porque é a obrigação dela fiscalizar, porque se não fiscalizasse tinha que ser advertida. O Conselho já questionou o IPHAN sobre a existência de um monumento ao Brigadeiro Eduardo Gomes, quando o Conselheiro Max Guedes observou que a Marinha não teve licença para colocar a estátua de um Almirante. Quer dizer, o IPHAN foi acusado de não ter fiscalizado; não podem agora reclamar da 6ª SR, é obrigação dela fiscalizar. A decisão do Patrimônio também não foi uma proposta minha, eu só propus que mantivéssemos a posição do Dr. Rodrigo, e acho que temos de prestar atenção. É inacreditável alguém dizer que agora, quando a cidade cresceu, não se pode mais ter a mesma opinião. Agora é que precisamos ter. Agora, Gilberto Ferrez é pouco. Porque a cidade cresceu, vamos construir na praia ? Vai ser curioso". O Presidente fez as seguintes observações: "O que eu coloco, Conselheiro, é que ela cresceu e se transformou em metrópole, não cresceu só em função de maior ocupação do solo, em termos construtivos; ela cresceu em termos de população. Então, devemos modernizar o parque para atender à população. Eu concordo com o senhor, a questão da Marina, eu percebi muito bem qual é, vai um pouco além dessa que o senhor está colocando, não vale a pena discutir aqui." O Conselheiro Italo Campofiorito fez, ainda,as seguintes observações: "Estou falando com delicadeza, porque a Marina já cresceu uma vez, e com permissão do patrimônio. Cresceu porque o Projeto Reidy-Burle Marx é um projeto de parque público. Seja lá o que se faça, é para todos. Então, ela cresceu, foi contado aqui na reunião, eu não sou desse tempo, atendendo à necessidade de abrigar maior quantidade de barcos, porque o Iate não dava mais conta. Essa última proposta era o contrário daquela, a Marina seria cercada – grade; se não duvido, fosso; entrada subterrânea - para evitar que os 'marginais' entrassem no clube. Para eles, marginal é o povo. Mas, em princípio, uma pessoa que está ali andando não é um marginal. Além de privatizada, a área seria fechada, prevendo-se muitas coisas, inclusive um *shopping center*, em terreno non-aedificandi. Esse é o problema. Tudo o mais é cerimônia de salão. Vossa Senhoria falou, com toda a razão, a cidade se modificou, pode haver um novo estudo de mobiliário urbano, de instalações, de infra-estrutura, mas construir em local non-aedificandi, não. Mesmo que o Prefeito Paulo Conde, sendo arquiteto, faça alguma coisa boa, uma vez aberto o precedente, acabou. Se os prefeitos puderem fazer prédios, o jardim vai embora. É só esse o problema. Infelizmente, temos que impedi-lo. Nós somos aquilo que, na Holanda, existe para o mar não passar. Se permitirmos a construção de um prédio, entregarmos à iniciativa privada para ela ganhar dinheiro, fechar para o povo, não restará mais nada. É só isso. Tem que ficar clara, muito nítida a nossa posição, nem passou pela minha cabeça que estávamos aborrecendo o Conde. Eu sei como ele é, sei muito bem que, onde ele manda, tenta fazer a mesma coisa que nós. Mas quer

que seja ele. Isso é uma opinião pessoal, é a minha versão, não é um fato." O Presidente apresentou as seguintes ponderações: "É, mas, Conselheiro, particularmente, enquanto Presidente da Instituição, sou um servidor público, tenho que ter relações com o público e quero ouvir meus pares. Acho bastante importante a sua fala, porque quero que o Conselho, eu ia colocar isso no final, participe do debate da questão do Patrimônio, no sentido de respeitar a metodologia dos chamados 'heróis' e 'pioneiros', mas trazê-la para os dias de hoje, da modernidade, e talvez para o próximo milênio. O meu desejo é de que o Conselho, com os conhecimentos das personalidades que estão presentes na sua composição, auxilie o IPHAN. Andei estudando um pouco a vida do Dr. Rodrigo, ele era uma pessoa bastante inteligente, tinha junto a si pessoas de alto nível intelectual, não preciso citar, todos conhecem. Mas além disso, duas ou três vezes por semana, às cinco e meia, quinze para as seis, chamava outros pensadores da nossa cultura para ouvir e poder estabelecer diretrizes. Eu não tenho esta pretensão. Mas tenho a intenção de envolver o Conselho nesse debate que vamos iniciar. Nós não vamos, na nossa missão, admitir edificações que não sejam necessárias em termos de parque. Não vamos admitir que a Marina se transforme num grande *shopping center*, porque o impacto, por exemplo, de um estacionamento de dois mil veículos, é um impacto que vai destrui-lo parcialmente. Nós podemos admitir um projeto que modernize, que mantenha a proporção. Eu acho que esse tema do Aterro do Flamengo é importante, não é um problema específico de uma diretoria, mas do conjunto do IPHAN, que é composto por Diretores, Superintendentes e Conselheiros." O Conselheiro Roberto Cavalcanti de Albuquerque pediu a palavra para a seguinte solicitação: "Senhor Presidente, desejo pedir vistas ao Processo nº 1.351-T-95, que trata de proposta de retombamento do Forte do Buraco, em Olinda, Pernambuco, e cujo parecer é por arquivamento. Eu não me encontro em condições de dar um voto a esse respeito, embora tenha examinado o processo. Creio que os Conselheiros sabem que o Forte do Buraco era um dos mais importantes monumentos edificados pelos holandeses, que restava em Pernambuco. É triste a história, não vou entrar nela. Após o cancelamento do seu tombamento, foi semi-destruído pela Marinha nos anos 50. A Regional de Pernambuco solicitou o retombamento das ruínas do Forte e, examinando o material, são ruínas ainda importantes, a meu ver, mas eu não me sinto em condições de voto. A tradição deste Conselho, nós vamos assistir a um caso agora, é que o pedido de vistas suspende o exame da questão, transferindo-a para a próxima reunião. Isto aconteceu no caso da Lagoa Rodrigo de Freitas, como aconteceu no caso da recomendação de arquivamento da proposta de tombamento da Faculdade de Medicina da Bahia." O Presidente concordou, retirando o processo da pauta, e passou a palavra ao Conselheiro Silva Telles, que anteriormente havia solicitado vistas do Processo 896-T-74, **Prédio da Antiga Faculdade de Medicina**

da Bahia, situado em Salvador, para a apresentação do seguinte parecer: "Senhor Presidente, Senhores Conselheiros. Nos anos de 1972-74, sucessivas manifestações foram feitas por médicos baianos, pela Congregação da Faculdade de Medicina da Universidade Federal da Bahia e pelo professor Edgard Cerqueira Falcão, no sentido de ser inscrito nos Livros do Tombo do IPHAN o prédio da antiga Faculdade de Medicina da Bahia, por seu alto valor histórico, berço do ensino da medicina no Brasil, em 1808. Na ocasião, o arquiteto Renato Soeiro, diretor do IPHAN, informou que o Ministério das Relações Exteriores estava estudando a instalação aí do Museu Afro-Brasileiro, respeitando a antiga Sala da Congregação que ficaria, segundo as propostas, como sede histórica da medicina brasileira. Esse prédio foi edificado pelo engenheiro Teodoro Sampaio, segundo projeto do arquiteto Victor Dubugras, em 1905, no local onde o antigo Colégio dos Jesuítas se tinha incendiado e que servira à mesma Faculdade de Medicina. O projeto museológico acima referido não se concretizou, entretanto, e nas décadas de 70 e 80, a edificação, semi-utilizada, encontrava-se parcialmente em ruínas; apenas a ala voltada para o Terreiro de Jesus e a da outra extremidade - onde funcionava o Instituto Nina Rodrigues - estavam em uso. Com a saída do Nina Rodrigues para sua nova sede, a degradação se ampliou. Atualmente a Universidade realiza obras extensas de restauração do prédio, sob a direção do arquiteto Luiz Dourado, segundo projeto elaborado pela Escola de Arquitetura da UFBA, financiado pelo BNDES e pela Eletrobrás, a fim de sediar os cursos de pós-graduação da Faculdade de Medicina. O projeto de Dubugras, que pertencia a seu neto, arquiteto Elvin Macley Dubugras, do qual tínhamos conhecimento por informação de Edgard Cerqueira Falcão, agora está sendo utilizado para a orientação das obras de restauração, graças ao fornecimento de cópias do mesmo pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, à qual foram doados os originais. No livro recentemente editado pelo nosso colega Nestor Goulart - *Racionalismo e proto-modernismo na obra de Victor Dubugras*, São Paulo; Fundação Bienal, 1997- são publicados desenhos desse projeto e estudos críticos da obra de Dubugras pelos arquitetos Sylvia Fischer e Nestor Goulart Reis. A obra de Dubugras, e, no caso, o projeto dessa Faculdade, insere-se no campo da arquitetura eclética, a qual não foi compreendida, ou mesmo foi desprezada pelos arquitetos da geração que nos precedeu, iniciadores da renovação da arquitetura no Brasil e criadores aqui da política de preservação e bens culturais. Para eles, esta arquitetura era a 'mentira do arquiteto em face à verdade do engenheiro das estradas de ferro, dos navios, dos aviões', segundo *Vers une architecture*. No entanto, com o passar do tempo, já há possibilidade de uma análise crítica de todo esse período, separando-se o joio do trigo, analisando-se o que foi obra criativa ou aquela resultante apenas de montagem de elementos historicistas. Luís Saia, respondendo, em 1972, a inquérito feito por Cerqueira Falcão, sobre o

projeto da Faculdade, diz: 'Dubugras era um emérito estudioso que conhecia perfeitamente a arquitetura clássica. O rigor de sua composição bem equilibrada e melhor solucionada denuncia uma consciência rotineira com o rigor da disciplina clássica.' E mais; 'Como tudo que ele projetou, este trabalho, que é o projeto da Faculdade, é realmente de primeira qualidade, em que pese a pouca ortodoxia estilística.' (Obs.: Este documento de Saia consta do processo). Nestor Goulart classifica este prédio como racionalista, com linguagem geometrizante, representando anterioridade imediata ao projeto proto-moderno da estação de Mayrink, SP. À simplicidade da arquitetura do Ginásio de Ribeirão Preto, obra do mesmo arquiteto, diz Nestor, 'aplicou ele, alguns elementos decorativos do repertório acadêmico, provavelmente por se tratar de um edifício com preocupações de monumentalidade e por ser necessário estabelecer uma ligação com o corpo remanescente do antigo Colégio dos Jesuítas.' Realmente, a fachada voltada para o Terreiro de Jesus manteve o entablamento primitivo que faz seqüência com aquele que subdivide o corpo inferior da fachada da atual Catedral de Salvador. Essa mesma fachada conservou o ritmo e as dimensões das envasaduras primitivas do antigo Colégio dos Jesuítas, às quais acrescentou apenas falsos frontões classicistas. Nesse sentido, o próprio Dubugras diz: 'Demos preferência às linhas conhecidas do clássico por serem aquelas a que mais habituado está o grande público e, para lhe conservar o tom local, recorremos à cobertura de telhas comuns, curvas, levadas ao primeiro membro da cornija, isto é, fora do prumo dos muros exteriores, conforme muito racionalmente o fizeram os velhos construtores nacionais.' (citado por Sylvia Fischer) Como vemos, trata-se, por parte de Dubugras, da tentativa de organização de projeto de uma arquitetura contemporânea, inserida na imediação de bem de valor cultural do passado, tema da maior atualidade, assunto, até hoje, de pesquisas e discussões constantes. Tomo a liberdade, assim, de discordar dos colegas José Pessoa e Cláudia Girão: proponho o tombamento do edifício da antiga Faculdade de Medicina da Bahia, por seu valor histórico, berço do ensino da medicina no Brasil, e por seu valor arquitetônico, no período da arquitetura eclética da primeira metade deste século, bem como seu valor dentro da obra do arquiteto Victor Dubugras, a despeito de encontrar-se a edificação integrada ao Centro Histórico de Salvador, bem tombado pelo IPHAN e Patrimônio da Humanidade. Em 28 de novembro de 99, Augusto C. da Silva Telles." O Conselheiro Nestor Goulart pediu a palavra para a seguinte intervenção: "Gostaria de apoiar a proposta do professor Silva Telles, porque considero a obra arquitetônica de Victor Dubugras de tal grandeza e precocidade, com relação à formação da arquitetura moderna na América Latina, que os remanescentes têm que ser preservados, exatamente para permitir a compreensão de conjunto dessa obra e de como realmente foi lento o processo de elaboração de uma arquitetura com novos critérios, no Brasil. Estudando a obra do Dubugras para

preparar um livro, ficou clara para mim a importância secundária que, quase sempre, atribuia aos aspectos estilísticos. A não ser nas poucas obras em que tentou ser monumental, quando acho que se perdeu. Mas em obras de caráter utilitário, em obras menos pretensiosas, conseguiu sempre realizar um trabalho magistral de racionalização do seu projeto e, ao mesmo tempo, demonstrar uma capacidade especial de pensar o espaço arquitetônico, com uma nova visão. Esto é o meu ponto de vista. Como diz o Conselheiro Ítalo, é a minha visão. Pode ser que esteja errada, mas só lembraria o seguinte: Dubugras foi o autor do primeiro edifício moderno na América Latina, no mesmo ano em que o Perret estava construindo em Paris a garagem da Rua Ponthier. Ele é citado em livros de outros países mas sua obra foi desprezada pela geração anterior e quase todos os seus edifícios estão destruídos. Sobrou muito pouco. É um esforço sensível o dele e do grande Teodoro Sampaio o ajustamento dessa arquitetura, de modo despretensioso, em local extremamente difícil. Quando todos queriam aparecer com seus projetos, enfeitar o seu bolo de noiva, e ele foi extremamente discreto, na forma pela qual se situou naquele local. Se nós considerarmos esse projeto isoladamente, talvez muitos discordem da proposta. Mas se contemplarmos o conjunto dessa obra, a responsabilidade é muito maior. Trata-se do homem que lançou as bases de uma arquitetura moderna no Brasil. Foi o grande mestre da Politécnica em São Paulo. Ensinava a projetar, não a fazer decoração, numa época em que essas coisas não eram observadas, quando as pessoas nem entendiam a obra. E um dos caroços que engasgaram os arquitetos da geração anterior, em São Paulo, foi a obra do Victor Dubugras que, por sua grandeza, precisava ser explicada numa época em que era considerada extremamente pecaminosa. Era uma Virgem Maria no meio do grande pecado, da 'prostituição' do ecletismo na arquitetura paulista. Então o Luiz Saia e outros arquitetos paulistas, sempre tiveram que dar pulos no ar para explicar o seu valor, no quadro do ecletismo. Eu reconheço, mesmo, na obra de Vilanova Artigas, na primeira fase, grandes semelhanças com os ensinamentos do mestre Victor Dubugras. Por tudo isso, queria defender a proposta do professor Silva Telles. Obrigado." Após o esclarecimento da Procuradora Chefe do IPHAN, Sista Souza dos Santos, de que, na hipótese da aceitação do parecer do Conselheiro Silva Telles, o processo deveria retornar ao Departamento de Proteção para complementação da sua instrução, o Presidente colocou em votação a proposta de tombamento do **Prédio da Antiga Faculdade de Medicina da Bahia**, da Universidade Federal da Bahia, em Salvador, contida no Processo nº 896-T-74, aprovada por unanimidade nos termos do parecer do Conselheiro Silva Telles. O Conselheiro Angelo Oswaldo pediu a palavra para as seguintes observações. "Estou reconhecendo, nesta sala, um conjunto de móveis e objetos reunido por Aloísio Magalhães quando foi Secretário da SPHAN. Um Brennand, um Artur Pereira, um Glauco Rodrigues. Ele escolheu

exatamente essas peças, essa mesa, de Lúcio Costa, também as cadeiras vistas na entrada. Considero válida a reconstituição desse conjunto significativo e evocativo da cultura brasileira tal como Aloísio o conceituou, incluindo aqueles bancos indígenas zoomórficos. No Patrimônio, há uma série de curiosidades. O gabinete do Rio de Janeiro tem uma escultura de uma índia nua, obra de Celso Antônio. Foi a maneira encontrada por Rodrigo Melo Franco de Andrade para não colocar o retrato do Getúlio Vargas na parede. Então, aquela indiazinha está ali e é simbólica. O IPHAN é a única repartição que nunca teve retrato de Presidente da República, porque havia uma índia nua. Eles achavam que o retrato do Presidente ia quebrar a estética do gabinete e valeram-se do estratagema". O Presidente agradeceu as informações, revelando sentir algum constrangimento ao sentar-se à mesa de Rodrigo, preferindo em alguns momentos a mesa de reuniões. Comunicou sua intenção de recuperar os móveis e objetos existentes no antigo gabinete de Aloísio Magalhães. Consultou os membros do Conselho sobre a sua idéia de realizar a próxima reunião do Conselho em Salvador. Solicitou aprovação da autorização que concedera, *ad referendum*, para a saída do país das obras de arte que compuseram a exposição "Entre o Céu e a Terra – O Brasil Barroco", realizada no Musée du Petit Palais, aprovação concedida por unanimidade. Finalizando, apresentou a seguinte observação: "Desejo enfatizar a importância do trabalho do Conselho Consultivo na proteção da nossa cultura, que não deve ficar restrito à elaboração de pareceres de alto nível, que um dia nós vamos publicar. Gostaria de envolver o Conselho no debate que vamos iniciar dentro da instituição sobre conceitos de tombamento na modernidade, que iniciamos hoje com a fala do Conselheiro Campofiorito a respeito da questão do Parque do Flamengo, da história do seu tombamento e do equívoco de certas pessoas em relação à sua área. É um passo para esse debate, eu me permito, como Presidente do IPHAN, convocá-los para refletir conosco a questão do tombamento, dessa nova etapa que pretendemos desenvolver no IPHAN. Muito obrigado pela presença, estou emocionado com a presença dos senhores neste gabinete, é a primeira vez que eu os recebo. Nada mais havendo a tratar, o Presidente agradeceu a presença dos Conselheiros e encerrou a sessão, da qual eu, Anna Maria Serpa Barroso, lavrei a presente ata, que assino com o Presidente e os demais membros do Conselho.

Carlos Henrique Heck

Anna Maria Serpa Barroso

Angela Gutierrez

Angelo Oswaldo de Araújo Santos

Arno Wehling

Augusto Carlos da Silva Telles

Carlos Alberto Cerqueira Lemos

Italo Campofiorito

José Silva Quintas

Maria da Conceição de Moraes Coutinho Beltrão

Nestor Goulart Reis Filho

Raul Jean Louis Henry Júnior

Roberto Cavalcanti de Albuquerque

Thomaz Jorge Farkas